

Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade

A questão política da comunicação moderna*

João Pissarra Esteves
Universidade Nova de Lisboa

Índice

1 A dimensão política da questão comunicacional	2
2 Quadro geral de um novo programa de pesquisa	3
3 O processo de socialização e os fundamentos de uma nova Sociologia da Comunicação	7
4 Bibliografia	12

Meio século depois da Teoria Crítica da Sociedade ter assumido um papel relevante no pensamento social europeu, e após a longa "travessia do deserto" que se seguiu, assistimos hoje à tentativa de reabilitar esta tradição, com vista a devolver-lhe a posição que já teve no domínio das Ciências Sociais.

Existe, em primeiro lugar, o desejo de renovar as problemáticas e as intenções originais: o conhecimento da realidade social que incorpora uma atitude crítica dessa mesma realidade, bem como das Ciências Sociais em geral, e que tem no problema da reificação a sua preocupação fundamental. Mas, não menos importante, é a tentativa de su-

perar as aporias da primeira versão da Teoria Crítica resultantes dos seus pressupostos filosófico-políticos e das incongruências do projecto global de investigação.

Nesse sentido, e para dar uma dimensão mais consistente ao projecto em curso, é chegado o momento de repensar os grandes paradigmas do pensamento social, nomeadamente as duas grandes tradições que se fortaleceram sempre em oposição recíproca e, a maior parte das vezes, em ignorância mútua: a tradição objectivista (representada, no nosso século, pela Sociologia funcional e estrutural e pela Teoria dos Sistemas) e a tradição culturalista (da Sociologia fenomenológica, Interaccionismo Simbólico, Etnometodologia, etc.). É indispensável reaproximar estas tradições, que mais não seja fazendo frutificar entre elas um diálogo mútuo, esclarecido e mobilizador.

Resulta já desta intenção, o quadro de análise e compreensão da realidade social que tem em conta duas diferentes dimensões da vida e da experiência humana: os sistemas funcionais da sociedade e o universo socio-cultural ou Mundo da Vida (*Lebenswelt*). Para perceber como estas esferas, tão distintas quanto antagónicas (mas sempre indissociáveis), se articulam; para perceber como

* (in, *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º.s 21/22, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995)

elas historicamente emergiram nas sociedades modernas e acompanharam a evolução da própria modernidade, é indispensável ter em conta a questão comunicacional. Ela é o fio condutor que nos ajuda a compreender, em primeiro lugar, a própria diferenciação da experiência humana nestes dois níveis sociais e, em segundo lugar, esclarece a articulação destes mesmos níveis, segundo um padrão de exigência elementar da vida em sociedade. A comunicação está na génese das ordens de legitimidade que regulam as relações sociais, o saber disponível da interacção e o processo de socialização, através do qual os agentes sociais formam a sua identidade (Habermas, 1984: 443 e sgs.).

1 A dimensão política da questão comunicacional

A atenção prestada tanto ao processo de racionalização dos contextos socio-culturais, como à complexidade crescente dos sistemas funcionais permite redefinir o quadro de interpretação da modernidade e, simultaneamente, transmitir um novo vigor ao programa de investigação. Esta é uma primeira grande diferença relativamente à Teoria Crítica original, se a expressão me é permitida, que, fruto da exacerbada rivalidade intelectual entre os seus principais protagonistas, deixou-se cair numa espiral especulativa infundável, tendo perdido de vista as "abstracções reais" de que falava Marx, isto é, o confronto com a realidade multifacetada e tantas vezes paradoxal da vida das sociedades.

A reificação dimensionada em termos empíricos apresenta-se sob uma nova luz: deixa de ser uma mera categoria abstracta do pensamento metafísico e torna-se um problema

concreto da vida social quotidiana, relacionado com os processos de coordenação da acção. A reificação pode, então, ser considerada uma deformação das estruturas comunicacionais da vida social, que se verifica quando os mecanismos intercompreensivos cedem o seu lugar às exigências funcionais dos sistemas - cada vez mais pressionantes, resultado da crescente complexidade social.

Em termos epistemológicos, este deslocamento da perspectiva de análise significa o abandono da Filosofia da História de inspiração marxista, como fundamento das bases normativas do pensamento crítico, e a sua substituição pela Teoria da Acção.

Esta opção envolve, entre outras, consequências extremamente importantes em termos políticos. Ao esquematismo elementar do evolucionismo marxista é possível, agora, contrapor um quadro de pensamento democrático, que encontra as suas raízes nos princípios originais da filosofia de vida burguesa. A partir daqui, a reabilitação da intenção crítica é feita, forçosamente, em oposição aos grandes tutores da Teoria Crítica da década de 40 - Adorno e Horkheimer, que na *Dialektik der Aufklärung* (1947) operaram uma metamorfose tão radical quanto precipitada dos pressupostos do materialismo histórico (relação infraestrutura-superestrutura) em enunciados (pseudo)normativos de uma teleologia objectivista da história de inspiração catastrofista (Jay, 1973: 293-6).

A situação política actual torna facilmente legível - excessivamente legível, diria mesmo - esta inflexão teórica operada pelo novo pensamento crítico, mas no período conturbado da década de 60, a sensibilidade intelectual dominante era pouco dada a semelhantes "fantasias democráticas". Não foi fácil, por esse motivo, o percurso daque-

les que então se propuseram reflectir sobre o potencial de emancipação subjacente ao modelo de vida burguês dos séculos XVI e XVII.

Começou a renascer, por essa altura, o interesse teórico pelo problema da modernidade, que marcou as décadas seguintes, até aos nossos dias; e foi concretamente o tema do espaço público que proporcionou que a questão da comunicação adquirisse um lugar de relevo no plano epistemológico. A comunicação definida em termos intercompreensivos e com carácter racional começa por ter um sentido político muito óbvio: na dinâmica do espaço público, projectado segundo os ideais iluministas da liberdade e do progresso, e conducente à formação dos consensos que materializam a expressão da vontade colectiva (Habermas, 1962: 66 e sgs.).

Às "certezas" optimistas do evolucionismo marxista e às "inevitabilidades" catastrofistas dos últimos incondicionais da Dialéctica Negativa, a nova Teoria Crítica vem contrapor a reabertura do debate sobre a Razão, assumindo frontalmente a fragilidade desta categoria do pensamento, mas, também, o seu carácter não conclusivo. Associa a razão à ideia de emancipação, mas recusa ditar qualquer resultado definitivo quanto ao futuro: troca o conforto das "certezas" ditadas por pretensas leis da história por uma atitude problematizante da realidade social. Reconhece à vontade dos homens um papel crucial, mas apreende-a com todas as suas contingências - que a ciência poderá tentar antecipar, com menor ou maior sucesso, mas nunca eliminar.

Trata-se, acima de tudo, de uma nova atitude crítica perante a realidade social, uma atitude mais aberta, flexível e sensível aos

dados empíricos que a vida permanentemente produz.

2 Quadro geral de um novo programa de pesquisa

As teses sobre o "fim da razão" (Horkheimer, 1941: 26-48) estão na origem da deriva filosófico-especulativa que acabaria por levar Horkheimer a reduzir o problema da reificação a uma categoria puramente abstracta, em *Zur Kritik der Instrumentellen Vernunft* (1967). Longe ficava, então, a intuição original de Lukács que associava a reificação aos mecanismos da racionalização social. Daí o seu interesse pelo estudo de dimensões concretas da forma de vida burguesa (a arte, em particular) e, também, o interesse pela ideologia, que ele definiu como "falsa consciência" e equacionou em termos de "totalidade" (Lukács, 1923) - a categoria hegeliana que acentua a íntima relação entre real e pensamento, e que Lukács utiliza numa perspectiva não-determinista, procurando situar a generalidade dos conflitos dentro de um "quadro total" (Ricoeur, 1986: 300).

É esta forma sensível de reificação, se a expressão me é permitida, que o novo pensamento crítico procura reatar: a reificação relacionada com um potencial de razão concreto, com forma objectiva na cultura moderna e, como tal, socialmente operativa e empiricamente apreensível.

As consequências deste novo posicionamento do pensamento crítico fazem-se sentir em múltiplos planos do trabalho intelectual e da *démarche* científica - essa a razão porque falamos da emergência de um novo paradigma. Atendendo aos limites que se impõem à presente reflexão, procurarei em

seguida referir apenas algumas dessas consequências, as que me parecem mais importantes e estão relacionadas com o programa de pesquisa.

Nesse sentido, terei em conta dois grandes vectores estruturantes do plano de investigação a desenvolver, definidos pelas seguintes problemáticas: em primeiro lugar, a integração social e as formas de resistência (entendidas como capacidade de contestação do movimento reificador), em segundo lugar, o processo de socialização.

Os fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt relacionaram o problema da integração com a questão mais vasta da organização da sociedade. A concepção decorrente tinha, em consequência, um cunho político e marcadamente pessimista: a integração social considerada, simplesmente, como forma de violência que visa garantir a submissão dos indivíduos, "racionalização", 'integração', de todas as relações humanas na sociedade de troca plenamente desenvolvida "(Adorno e Horkheimer, 1956: 133). Existiam acentos diferentes de radicalismo consoante a definição adoptada para o Estado autoritário nascido do colapso da República de Weimar. Para os defensores da tese do "capitalismo de Estado", a integração social é considerada como extensão da burocracia do Estado e, nessa medida, uma forma de dominação administrativa e centralizada (Pollock, 1941: 71 e sgs.). Os que acolheram a tese do "capitalismo monopolista" têm do problema uma visão mais ampla, são mais sensíveis à complexidade e subtilezas da dinâmica social, mas mantêm da integração ainda a perspectiva da dominação - no fundo, limitam-se a deslocar (do Estado para o mercado) o centro do poder e a delinear vagamente uma teoria do compromisso político

de inspiração social-democrática (Kirchheimer, 1941: 26 e sgs.).

A visão negativa da integração é consequente com a imagem do Mundo Ocidental que estes autores partilham: uma sociedade pretensamente monolítica, submetida a um controlo social ilimitado e a uma socialização repressiva. Em coerência, a sua atitude é, também, de completa descrença quanto à possibilidade de uma transformação social - o esgotamento das energias utópicas anunciava o definhamento das capacidades de contestação e, a curto prazo, a completa abolição das diferentes formas de protesto.

Embora lógica em termos de raciocínio, esta tese relativa à contestação social (sua abolição) encontrou maior dificuldade de aceitação. Na origem desta relutância terá estado um misto de secreta resistência interior (não racionalizável) e uma inconfessada percepção da realidade paradoxal do mundo que, sob diversas formas, continuava a devolver sinais de resistência - apesar da reificação pretensamente esmagadora das consciências, os vestígios da contestação social nunca deixaram de germinar.

A evocação de algumas vozes heréticas do pensamento crítico, que já se tinham feito ouvir nas décadas de 40 e 50, foi assim uma natural fonte de inspiração para todos aqueles que mais recentemente se empenharam na reabilitação deste projecto. Mas, mais importante que o "jogo intelectual" das referências, (re)leituras e (re)interpretações, foi o próprio desenvolvimento social que tornou perceptíveis aspectos antes obscuros ou completamente desconhecidos. Será à luz desta nova realidade social que se irá processar a revisão dos velhos problemas teóricos.

Isso permitiu, nomeadamente e de uma vez por todas, dobrar o marco de referência

que, até então, o pensamento de Marx tinha constituído. Teses basilares deste autor sobre a dinâmica da evolução das sociedades foram, nos últimos anos, refutadas da forma mais esmagadora, isto é, pela própria realidade social. Nem o mecanismo simplista da correspondência linear entre os dois níveis estruturais da sociedade é adequado às relações complexas que se estabelecem entre os planos do Mundo da Vida e dos sistemas funcionais; nem os conflitos de classe esgotam a generalidade das formas de contestação, nomeadamente aquelas que estão centradas na esfera da reprodução cultural (e já não material) e que se relacionam com a "gramática das formas de vida" (Habermas, 1981: 431-2).

O centro dos conflitos das sociedades mais desenvolvidas não está onde Marx o imaginou: "não são as contradições internas do sistema económico, mas as contradições gerais, entre as necessidades dos sistemas sociais e as necessidades das pessoas, que dominam o nosso tipo de sociedade" (Touraine, 1969: 71). Por consequência, os novos antagonismos sociais estabelecem, hoje, novas divisões no tecido social que atravessam diagonalmente a estratificação convencional por classes.

São ainda extremamente difíceis de precisar os contornos desta "revolução silenciosa" que, quase imperceptivelmente, vai correndo as velhas estruturas das sociedades ocidentais. Mas, neste momento, mais importante que definir precipitadamente um "código de leitura" dos acontecimentos, devemos tentar aperfeiçoar os mecanismos de registo, perscrutar a realidade, procurar identificar os novos protagonistas da mudança em curso (que clivagens se estabelecem nas classes médias, que recomposição de inte-

resses ocorrem?), os temas mobilizadores (as questões relacionadas com a cidadania, a qualidade de vida, a realização individual, etc.), os conteúdos políticos que se estão a definir.

A Sociologia dos movimentos sociais deu importantes passos nos últimos anos (Touraine, 1974: 157-83; 1980: 117-40), mas encontramos-nos ainda longe de um estado de conhecimentos satisfatório. O carácter fluente destes movimentos, a permanente recomposição de temas, protagonistas, formas de acção, etc. não facilitam a tarefa. A distinção, que alguns utilizam, entre o carácter "ofensivo" ou "defensivo" destes novos movimentos sociais, tomando como critério de referência a vinculação a um ideal de emancipação ou a conteúdos da modernidade, pode ser não só falaciosa, como também extremamente dissuasora, em virtude da influência crescente de uma nostalgia tradicionalista que se está a revelar o melhor húmus de múltiplas formas de resistência - formas políticas, nacionalistas, religiosas, corporativas, etc. (Giddens, 1985: 190-2).

Sem pretender antecipar resultados que só a história estará em condições de confirmar, importa, desde já, dar conta de alguns efeitos práticos deste movimento subterrâneo de mudança que atinge as sociedades mais desenvolvidas. No mundo do trabalho, os sinais de erosão do modelo puramente mercantilista e a emergência de uma "economia informal", onde a orientação lucrativa não é já o critério determinante das relações laborais (Gorz, 1988: 190 e sgs.). No mundo político, a crise do sistema de partidos é cada vez mais profunda, em alternativa surgem novas formas de participação política, mais personalizadas, directas e expressivas; o jogo político abandona os quadros institucionais

e transfere-se para as esferas informais da vida quotidiana _ como se o "sistema capilar" de circulação do poder (Foucault, 1984: 6-8) começasse a servir, também, progressivamente, os fluxos da contestação...

Embora não muito definido, parece irreversível este movimento contra-institucional que cria resistências à expansão da dinâmica dos sistemas e dos media funcionais (o dinheiro e o poder). A sua semântica não está ainda definida, mas nada nos impede de pensar que entre os discursos conflitantes que aí se cruzam, está também presente uma força de modernidade que tenta fixar um novo sentido para o trabalho, para a política e para as diferentes formas de sociabilidade - um sentido mais partilhado, que procura reabilitar os contextos comunicacionais deteriorados, e aspira, assim, afirmar a vontade colectiva em termos intercompreensivos.

A simples possibilidade de considerar esta hipótese deixa já subentendida uma outra concepção do problema da integração social, totalmente distinta daquela que animou a primeira geração da Teoria Crítica.

Está na base desta nova concepção, em primeiro lugar, uma marcação rigorosa das diferentes linhas de evolução que prosseguiu a modernidade. As crises e as patologias sociais que estão presentes nas sociedades de capitalismo organizado e de democracia de massa do Estado Social não são equiparáveis àquelas que tinham origem nas sociedades burocráticas do socialismo monolítico. Numas e noutras colocam-se problemas de integração social distintos, apesar da dinâmica sistémica ser em ambas muito forte: nas primeiras, via sistema económico, nas segundas, via sistema administrativo.

Em segundo lugar, a par das dinâmicas específicas dos diferentes sistemas funcio-

nais, a nova concepção da integração social tem em conta o mundo da experiência quotidiana, os condicionalismos socio-culturais. Distinguiremos, então, dois tipos de integração: o primeiro, uma integração sistémica, o segundo, a integração social propriamente dita (Habermas, 1973: 16 e sgs.); sendo esta a que dá pleno sentido à intenção crítica: dimensiona-a para além do estrito campo intelectual ou científico, ao nível do cidadão comum e na vida quotidiana, nos diversos contextos sociais estruturados pela comunicação, onde, por conseguinte, os princípios racionais e a intenção crítica se encontram ao acesso de cada um.

O novo quadro interpretativo da integração social reconhece não só esta diferenciação de processos, mas também a tensão entre eles existente: os distúrbios a este nível são considerados como o resultado da conflitualidade entre as formas genéricas de integração social e as formas especificamente sistémicas.

O diagnóstico deste conflito é, como sabemos, motivo de profundas clivagens no interior do pensamento social contemporâneo. Por um lado, os que consideram que, no presente (nas "sociedades complexas"), a lógica sistémica é universal e hegemónica (ou em vias disso) na generalidade dos domínios sociais, pelo que a integração deve também obrigatoriamente obedecer a esse padrão (Luhmann, 1976: 507 e sgs.). No campo oposto, os que apenas reconhecem validade à integração socio-cultural. Entre uns e outros a clivagem é tão profunda que torna impossível qualquer tipo de conciliação. A reabertura desta polémica, mais que o pretexto para cada um dos campos consolidar o seu ponto de vista, deve criar também uma oportunidade de explorar o espaço inter-

médio entre as duas posições extremistas: o espaço onde se encontram formas híbridas, compósitas e indefinidas - formas que em termos lógicos poderão parecer espúrias (não ajustáveis a qualquer dos modelos ideais), mas que são objectivamente irrefutáveis, estão presentes na vida de todos os dias e resultam da permanente conflitualidade (compromisso) entre duas dinâmicas e duas lógicas da vida social.

A este nível, como em muitos outros, a forma mais segura de superar a irredutibilidade dos modelos ideais passa, em larga medida, pela revitalização da pesquisa empírica; e para orientá-la encontramos a seguinte interrogação, que só à primeira vista poderá parecer ingénua: quais os limites de tolerância mútua de cada um dos processos de integração e qual deles, em situações mais agudas de conflito, tem prevalência?

3 O processo de socialização e os fundamentos de uma nova Sociologia da Comunicação

O segundo vector que orienta a redefinição do programa de pesquisa é constituído pelas questões relativas ao processo de socialização.

A análise que os teóricos de Frankfurt fizeram dos mecanismos socializadores enferma do mesmo radicalismo subjacente à sua teoria geral da sociedade. A interpretação que fazem da família é disso paradigmática.

A partir dos anos 30 desenvolveram uma importante corrente de investigação nesta área, preocupada com as mudanças estruturais trazidas pela formação da família nuclear burguesa: a autoridade paternal, a

mediatização da intimidade, a emergência de instâncias socializadoras extra-familiares, etc. Apesar do carácter pioneiro de muitos destes trabalhos, prevaleceu neles uma visão unidimensional e redutora da instituição familiar: considerada subordinada aos imperativos funcionais, espécie de apêndice dos sistemas, destinado a modelar as pulsões individuais (Adorno e Horkheimer, 1956: 139).

Neste domínio, a mudança de paradigma está relacionada com uma alteração da orientação psicológica seguida. Progressivamente, a Psicanálise de inspiração freudiana deu lugar à Psicologia cognitiva, preocupada com o desenvolvimento socio-moral do indivíduo e com a análise clínica dos distúrbios psíquicos empiricamente diagnosticados.

A teoria das pulsões, fundada nos pressupostos da Filosofia da Consciência (a relação sujeito-objecto), é também posta em causa pela Psicologia Social, que procura compreender o processo de formação da identidade em termos intersubjectivos e a partir da dinâmica das interacções (Mead, 1934).

As novas referências da Psicologia permitem, em termos sociológicos, desenvolver uma concepção diferente da família, assim como das outras instituições e processos de socialização, como sejam, a escola, a educação, a formação da personalidade, os media, etc.. Todos estes contextos sociais passam a ser considerados na dupla perspectiva das exigências sistémico-funcionais e das exigências socio-culturais, sendo reconhecido, ao mesmo tempo, um papel decisivo à componente comunicacional, o que leva a considerar os condicionalismos dos sistemas económico e administrativo em termos externos: por maior que possam ser as suas pressões e influências sobre o meio familiar (e afins), não se tratam de mediatizações intrínsecas

ao próprio meio ou ao processo de socialização em geral.

Em termos de programa de pesquisa, o abandono da interpretação marxista do problema edipiano equivale a um deslocamento do centro de interesse das investigações: o motivo principal de preocupação não é já a formação do Superego - a "regressão psicológica" resultante da imposição de um carácter social dominante, sob a influência dos imperativos funcionais dos sistemas (Lowenthal, 1950: 227-9) -, as, cada vez mais, os problemas relacionados com as crises de adolescência. Estas crises são sintomáticas de um momento agudo de conflito entre as condições normais de socialização no interior da família, regulada por práticas comunicacionais de carácter interactivo, e as exigências funcionais de integração nas diversas organizações da sociedade - do mundo do trabalho, da administração, do consumismo, etc. Em conformidade, os indicadores da nosologia típica das sociedades mais desenvolvidas assinalam uma diminuição das histerias clássicas e das nevroses obsessivas, contra a proliferação dos distúrbios de carácter narcísico - aréa que, nos últimos anos, mereceu o interesse de vários investigadores, preocupados em compreender as condições sociais que estão na origem destas perturbações (Lasch, 1985: 129-143).

A concepção totalitária da família serviu de modelo às análises que os investigadores do Institut für Sozialforschung realizaram sobre as instâncias de socialização extra-familiares, nomeadamente a cultura e a comunicação de massa.

A posição do novo pensamento crítico relativamente a estes temas consiste numa proposta original para a Sociologia da Comunicação; sem esquecermos, no entanto, que a

questão comunicacional adquiriu entretanto uma dimensão e um estatuto epistemológico prioritário que a colocam num horizonte muito mais amplo: já não um simples objecto particular de análise, que serve uma especialização disciplinar da Sociologia, mas a problemática por excelência da perspectiva sociológica geral e, por conseguinte, o núcleo de uma Teoria Geral da Sociedade.

O célebre artigo de Adorno e Horkheimer sobre a "indústria cultural" fornece a melhor síntese das concepções apocalípticas sobre os fenómenos da comunicação e da cultura de massa. Para estes autores, estamos, mais uma vez, perante uma extensão do totalitarismo, aqui concretizado através da categoria mediadora da "manipulação". Desenvolvem a crítica da manipulação cultural como denúncia quer do capitalismo monopolista, quer do nacional-socialismo, procurando a sua argumentação demonstrar que existe uma continuidade natural entre os dois fenómenos (Slater, 1976: 177). A perspectiva política é, por fim, secundada pela crítica estética, na qual os autores afirmam a oposição radical entre o conteúdo da experiência da arte autêntica e os padrões do consumo cultural massificado - de uma pseudo-cultura dessublimante, esvaziada de racionalidade e, em última instância, reduzida a mero dispositivo de manipulação das consciências através do qual actua a "filosofia do dinheiro" e se reforça a lógica monopolista (Adorno e Horkheimer, 1947: 349-83).

Os problemas relativos à cultura e à comunicação, mais que quaisquer outros, puseram a nu profundas fracturas no interior da primeira geração crítica, as quais foram naturalmente exploradas pela nova geração.

Em termos estéticos, a perda do carácter "aurático" da arte é objecto de uma explo-

ração mais minuciosa: sem perder de vista a crítica aos processos de banalização, são também tidas em conta as potencialidades psico-sensoriais que as novas formas de arte abrem. Trata-se, em suma, de uma arte que entronca na promessa de emancipação da modernidade e cujas formas profanas exploram com originalidade determinados potenciais iluministas (Benjamin, 1955: 384-408).

Esta maior atenção ao polimorfismo e às ambivalências da comunicação e da cultura dos nossos dias significa, em termos políticos, um profundo cepticismo em relação à tese que advogava o total esvaziamento do espaço público (e neutralização da opinião pública).

A compreensão das mudanças estruturais que atingiram o espaço público das sociedades modernas é um ponto crucial para disciplinas como a Sociologia da Comunicação e da Cultura. É mais um convite à pesquisa empírica, à investigação objectiva das diversas experiências históricas (nacionais e locais), das práticas sociais (de recepção, política cultural, etc.), à identificação dos mecanismos interculturais que intervêm nos domínios da comunicação e da cultura (privados, públicos, estatais, etc.).

O ponto de partida deste novo programa da Sociologia da Comunicação passa por uma reaproximação da Teoria dos Media e da Teoria da Comunicação. Por maiores que possam ser as afinidades entre os mass media e os media funcionais de regulação (essencialmente, o dinheiro e o poder), os primeiros guardam uma especificidade própria, resultado do seu irreduzível carácter simbólico e linguístico. Eles inscrevem-se, em última instância, no universo socio-cultural, obedecem às exigências da intercompreensão e, nesta medida, a sua lógica de funci-

onamento nunca pode ser estritamente (nem predominantemente) sistémica ou funcional.

A manipulação, como resultado das práticas comunicacionais, é uma possibilidade que não deve ser ignorada (e que o trabalho empírico deve confirmar), mas não pode ser considerada um resultado absoluto postulado a priori. Apesar do mercantilismo e do carácter fortemente hierarquizado dos mass media, apesar do esquematismo e da forma sintética dos seus produtos, não é possível neles eliminar as exigências mais genuínas da comunicação. O potencial de contradições inerente à condição humana dos participantes dos processos de comunicação pode, a qualquer momento, ser mobilizado e despoletar as dimensões racional e crítica, pondo em marcha um verdadeiro processo intercompreensivo, mesmo quando, aparentemente, a forma de participação se encontra administrada e neutralizada.

Os mecanismos de controlo (económico, político, administrativo, corporativo, etc.) procuram canalizar unilateralmente os fluxos de comunicação em redes centralizadas e em estruturas fortemente hierarquizadas. Apesar do uso corrente dos mass media nos oferecer múltiplos exemplos deste tipo de intervenção, o potencial de controlo não pode ser absolutizado: ele encontra-se permanentemente ameaçado pela acção das estruturas comunicacionais que continuam a fluir nas redes mediáticas, e que aí projectam um determinado potencial de emancipação - conteúdos inovadores, desejos escondidos, novos projectos e expectativas sociais.

A investigação sobre o espaço público moderno insere a Sociologia da Comunicação numa rede ampla de saberes, entre os quais se destacam a Sociologia Política e a Teoria Política, consequência, precisamente, da

posição central deste mesmo espaço público no universo político do Mundo Ocidental. O espaço público é o receptáculo por excelência das contradições da modernidade. É por isso indispensável que a investigação tenha em conta as suas ambivalências intrínsecas e, conseqüentemente, recuse fechar-se em juízos precipitados e conclusões fatalistas, que projectam imagens puramente ideais e falseadas da realidade, como sejam a de um espaço público reificado ou a de um espaço público totalmente neutralizado.

Esta ambivalência está patente, nos nossos dias, em duas tendências contraditórias de desenvolvimento do espaço público. Por um lado, a sua forte hierarquização e a germinação de formas mais ou menos ostensivamente autoritárias; por outro lado, um processo consistente de reconstrução em larga escala de um espaço que foi originalmente restrito e fragmentado.

Cada vez mais, são as redes mediáticas que dimensionam a comunicação em termos universais. Quebram, no espaço e no tempo, as fronteiras convencionais; mobilizam e mantêm disponíveis conteúdos múltiplos, colocados ao acesso de contextos virtuais muito diversificados. São estas redes mediáticas que, em virtude das suas potencialidades, flexibilidade e performatividade, dão a exacta dimensão do espaço público contemporâneo: já não um espaço essencialmente topológico e físico, mas, cada vez mais, um espaço simbólico, virtual e reticular (Rodrigues, 1990: 123).

O conhecimento que a Sociologia hoje oferece quanto a esta nova realidade da comunicação parece ainda francamente insuficiente. Até ao momento, a redefinição do pensamento crítico nesta área de estudo foi pouco além da proposta de um novo pro-

grama teórico e do esboço rudimentar de um plano de pesquisas.

A este nível, a par do desenvolvimento de investigações originais, deve ser tida em conta a leitura cuidadosa dos resultados de pesquisas anteriores. Consolidado, neste momento, o quadro teórico, definida com toda a clareza a questão da reificação ao nível das práticas comunicacionais como a prioridade das investigações, podemos considerar afastado o perigo dos desvios positivistas e empiricistas.

Isso permite, por conseguinte, olhar com outra disponibilidade e sem perder o sentido crítico para os trabalhos realizados desde há longa data neste domínio pela communication research, na linha da tradição dominante da Sociologia norte americana.

A análise rigorosa e descomplexada dos resultados dessas investigações confirma, sob múltiplos aspectos, a perspectiva desenvolvida pelo novo pensamento crítico, nomeadamente no que diz respeito ao diagnóstico do espaço público actual. Retenho, a título de exemplo, a problemática dos efeitos limitados da comunicação que simultaneamente, relativiza a acção dos mass media e reabilita os mecanismos socio-culturais tradicionais (Klapper, 1949); ou, ainda, os estudos sobre a interconexão dos processos mediáticos e dos processos convencionais de comunicação (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944; Lazarsfeld e Katz, 1955) - num dos quais é apresentada a seguinte conclusão rotundante: "o que mais pode influenciar um homem é outro homem, sendo este facto, do ponto de vista ético, auspicioso no que diz respeito ao problema social da propaganda" (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944: 218).

A par deste trabalho rigoroso de análise dos resultados das pesquisas já realizadas, o

novo programa de investigação da Sociologia da Comunicação deve apostar em projectos originais, por forma a encontrar as respostas adequadas às novas problemáticas. E neste domínio, apesar da fase ainda embrionária em que nos encontramos, alguma coisa está já em marcha.

A identificação dos interesses divergentes presentes nos mass media tem sido motivo de especial preocupação por parte de diversos investigadores, nomeadamente aqueles que se têm dedicado ao estudo dos critérios de noticiabilidade - critérios diversificados e conflitantes, de ordem cultural, política, ideológica, profissional, económica, estética, etc. (Schudson, 1988: 17-27). E mesmo quando parece mais evidente uma certa hegemonização - segundo os padrões mercantilistas e da gratuidade ("diversão") dos conteúdos -, a influência dos critérios jornalísticos da comunicação continua presente e exerce um efeito estruturante global (Kellner, 1981: 38 e sgs.).

A dimensão crítica da comunicação pode irromper, do modo mais inesperado, mesmo nas mensagens banalizadas, nas formas trivializadas e aparentemente "inofensivas" de diversão, o que nos deixa supor não ser possível definir um padrão indiscutível da "cultura de massa": tal como o conceito "massa" é uma simplificação redutora da realidade social complexa, a realidade onde confluem diversas formações sociais (Swinewood, 1977: 81), também a "cultura de massa" reduz a uma única dimensão (ilusória) os critérios culturais e comunicacionais diversificados e conflitantes.

Outra área de pesquisa recentemente aberta, e da qual o novo pensamento crítico muito poderá esperar, é a relacionada com as práticas de recepção de mensagens. Inicial-

mente, na linha da velha tradição académica experimentada na interpretação das obras literárias, o interesse centralizou-se no lugar reservado, na própria obra, ao leitor; mas é indispensável que este interesse se alargue ao verdadeiro receptor, tanto mais porque, no que diz respeito às mensagens dos mass media (e ao contrário das obras do passado), o estudo dos seus destinatários contemporâneos é objectivamente possível (Véron, 1991: 166 e sgs.).

Já C. W. Mills referia, com toda a propriedade, que "o público primário é ainda o grande problema não solucionado dos fabricantes de opinião (...) o público articulado resiste e rejeita as comunicações dos meios maciços (...) o público não se compõe de pessoas isoladas, mas de pessoas que não só têm opiniões anteriores, que devem ser levadas em conta, mas que também se influenciam continuamente umas às outras, de forma complexa e íntima, directa e permanente" (Mills, 1956: 370). As técnicas de manipulação tornaram-se cada vez mais sofisticadas, mas nem por isso este "problema" foi definitivamente resolvido: para frustração dos programadores mais cuidadosos, as mensagens (políticas, comerciais ou de outro tipo) continuam, com frequência, a falhar os seus objectivos, resultado de uma prática de recepção que é complexa, selectiva e, muitas vezes, surpreendentemente crítica. Como alguns investigadores há muito vêm afirmando, a estrutura profunda da comunicação quotidiana resiste com extrema pertinácia, mesmo às instruções selectivas mais "cientificamente" elaboradas (DeFleur e Larsen, 1958: 23-8).

Por último, uma referência breve à questão tecnológica, especialmente importante quando se trata de analisar o desenvolvi-

mento dos media electrónicos. A perspectiva crítica convencional via este processo como um movimento apocalíptico irreversível. Não restam hoje dúvidas que o desenvolvimento tecnológico favoreceu a implantação de redes fortemente centralizadas, e que isso comporta perigos (veja-se, o exemplo muito ilustrativo da situação mundial da imprensa ou das agências noticiosas); mas, por outro lado, assistimos, também, à progressiva banalização dos dispositivos (ao nível da difusão) e à sua sofisticação (técnica), factores que favorecem o incremento da "comunicação de troca/interacção" (McQuail, 1975: 215). E se ideias como as do "pluralismo videográfico", "democracia televisual" ou "ideografia dinâmica" (Guattari, 1991) não passam, por enquanto, de meras hipóteses de trabalho de mediana credibilidade; parecem, mesmo assim, existir novas potencialidades desconhecidas, não perfeitamente avaliadas (ou, sequer, avaliáveis), nesse imenso potencial tecnológico cada vez mais sofisticado, individualmente acessível e gerível, graças ao qual o quotidiano de todos nós se transforma a um ritmo inusitado e se criam possibilidades até há pouco impensáveis.

É este imenso mundo desconhecido que se abre ao novo pensamento crítico. Um desafio que não é só o do conhecimento da realidade já constituída, mas também o de poder pensar, e pensar de forma crítica, aquilo que está em germinação. Porque é esta a tarefa que cabe à Ciência e a responsabilidade daqueles que a fazem.

Drástico seria acreditar que outros se lhes podem substituir...

4 Bibliografia

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max

1947 "The culture industry: enlightenment as mass deception" in AAVV, *Mass Communication and Society*, London, Edward Arnold, 1982

1956 *Temas básicos da Sociologia*, S. Paulo, Cultrix, 1978

BENJAMIN, Walter

1955 "The work of art in the age of mechanical reproduction" in AAVV, *Mass Communication...*, op. cit.

DeFLEUR, Melvin e LARSEN, Otto
1958 *The flow of information*, New Brunswick, Transaction Books (ed. de 1987)

FOUCAULT, Michel

1979 *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal (4ª ed. - 1984)

GUATTARI, Félix

1991 "Pour une éthique des médias", *Le Monde* (6 Nov.), Paris

GIDDENS, Anthony

1985 "Razón sin revolución? La Theorie des kommunikativen handelns de Habermas", in AAVV, *Habermas y la modernidad*, Madrid, Cátedra, 1988

GORZ, André

1988 *Métamorphoses du travail. Quête du sens*, Paris, Galilée

- HABERMAS, Jürgen
- 1962 *L'espace publique*, Paris, Fayard, 1978
- 1973 *Raison et légitimité*, Paris, Payot, 1978
- 1981 *Théorie de l'agir communicationnel* (2 vols.), Paris, Fayard, 1987
- 1984 *Logique des Sciences Sociales et autres essais*, Paris, PUF, 1987
- HORKHEIMER, Max
- 1941 "The end of reason", in A. Arato e E. Geghardt (org.), *The essential Frankfurt reader*, Oxford, Basil Blackwell, 1978
- JAY, Martin
- 1973 *L'imagination dialectique*, Paris, Payot, 1977
- KELLNER, Douglas
- 1981 "Network television and american society", *Theory and Society*, nº 10 (1), Amsterdam, Elsevier
- KLAPPER, Joseph T.
- 1960 *The effects of mass communication*, N. York, The Free Press
- KIRCHHEIMER, Otto
- 1941 "Changes in the structure of political compromise", in A. Arato e E. Geghardt (org.), op. cit.
- LASCH, Christopher
- 1985 "Consumo, narcisismo e cultura de massas", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 2, Porto, Afrontamento
- LAZARSELD, Paul; BERELSON, Bernard e GAUDET, Hazel
- 1944 *El pueblo elige*, Buenos Aires, Ed. 3, 1962
- LAZARSELD, Paul e KATZ, Elihu
- 1955 *La influencia personal*, Barcelona, Ed. Hispano Europea, 1979
- LOWENTHAL, Leo
- 1950 "Perspectivas históricas da cultura popular", in AAVV, *A indústria da cultura*, Lisboa, Meridiano, 1971
- LUKÁCS, Georg
- 1923 *History and class consciousness*, London, Merlin, 1971
- LUHMANN, Niklas
- 1976 "Generalized media and the problem of contingency", in AAVV, *Explorations in General Theory in Social Science*, vol.2, N. York, Collin MacMillan Pub.
- MEAD, George H.
- 1934 *Espiritu, persona y sociedad*, Barcelona, Paidós, 1982
- MILLS, C. Wright
- 1956 *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- McQUAIL, Denis
- 1975 *Communication*, London, Longman (2ª ed., 1984)
- POLLOCK, Friedrich
- 1941 "State capitalism: its possibilities and limitations", in A. Arato e E. Geghardt (org.), op. cit.

RICOEUR, Paul

1986 *Ideologia y utopia*, Barcelona, Gedisa, 1989

RODRIGUES, Adriano Duarte 1990 *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Presença

SLATER, Phil

1976 *Origem e significado da Escola de Frankfurt*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978

SCHUDSON, Michael

1988 "Porque é que as notícias são como são?", *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL

SWINGEWOOD, Alan

1977 *O mito da cultura de massa*, Rio de Janeiro, Interciência, 1978

TOURAINÉ, Alain

1969 *A sociedade post-industrial*, Lisboa, Moraes, 1970

1974 *Pela Sociologia*, Lisboa, D. Quixote, 1982

1980 *O pós-socialismo*, Porto, Afrontamento, 1981

VÉRON, Eliseo

1991 "Les média en réception: les enjeux de la complexité", *Médias Pouvoirs*, nº 21, Paris, Bayard Press

* As datas alinhadas em coluna, à esquerda, indicam o ano da edição original.